

## Índice

---

Notas Explicativas	1
--------------------	---

---

## Notas Explicativas

### T4F ENTRETENIMENTO S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo T4F"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, Metropolitan, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

#### 2. BASE DE ELABORAÇÃO

##### Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contém as informações relevantes da Companhia e utilizadas pela Administração como instrumento de gestão e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

##### a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

##### b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## Notas Explicativas

### c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

### d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

### e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

### f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

### g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

### h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

### i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

### j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

### Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

## Notas Explicativas

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

### k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente a (i) direitos de uso de software (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

### l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

### m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

## Notas Explicativas

### o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

### p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

### q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

### r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

### s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários aplicáveis. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

## Notas Explicativas

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

### t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial, no resultado financeiro.

### u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

### v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

### w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo T4F se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

- (1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

## Notas Explicativas

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). A Companhia não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2015.

### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

#### x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida a medida em que as opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

## Notas Explicativas

### y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

### z) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### aa) Normas e interpretações novas e revisadas em 2015

As normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

- Modificações à IAS 19/CPC 33 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013 Melhorias.

### ab) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (ii)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (ii)
IFRS 16	Arrendamento mercantil (iii)
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Acordo Contratual Conjunto (i)
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação (i)
Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis (i)
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (i)
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação (i)
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (i)

- (i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.



## Notas Explicativas

### 4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

#### b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

#### c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

#### d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

#### e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

#### f) Reconhecimento de receita

## Notas Explicativas

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

### g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

## 5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2015	2014		2015	2014
Time for Fun Mídia Ltda. <sup>(1)</sup>	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A. <sup>(3)</sup>	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. <sup>(4)</sup>	100,00	69,48	T4F Entretenimientos Argentina S.A. <sup>(5)</sup>	1,71	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Ticket Co. SpA	100,00	100,00			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	99,99	99,99			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A. <sup>(5)</sup>	98,29	-			
T4F Bizarro Producciones SpA. <sup>(2)</sup>	60,00	-			

(1) Atual denominação social da Área Marketing Brasil Ltda alterada em 30 de junho de 2015.

(2) Constituída em 8 de setembro de 2015, no Chile, mediante contrato firmado entre T4F Entretenimento S.A e Eventos Bizarro SpA na proporção de 60% e 40%, respectivamente.

(3) Atual denominação social da Ticketmaster Chile.

(4) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu o percentual de minoritários da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos passando a deter 100% das ações.

(5) Em 30 de novembro de 2015, a Companhia passou a deter controle direto da T4F Entretenimientos Argentina S.A., mediante capitalização de mútuos.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e a receita líquida dos exercícios de 2015 e de 2014:

Controladas:	2015			2014		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda.	1.316	1.062	1.919	1.124	951	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	24.287	7.094	11.337	17.759	1.706	9.531
Metropolitan Empreendimentos S.A.	12.520	12.374	8.468	10.890	5.295	9.902
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	17.715	5.980	20.470	10.879	3.309	21.210
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	93.396	50.543	72.230	87.833	78.060	164.570
T4F USA Inc.	26.192	23.112	-	6.194	4.407	-
Ticket Co. SpA	196.250	189.654	8.549	142.561	138.507	9.440
Vicar Promoções Desportivas S.A.	19.130	4.072	31.585	20.602	3.645	35.643
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	4.246	28.888	1.292	5.523	19.337	30.159
T4F Bizarro Producciones SpA.	21.378	20.217	1.612	-	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	150.043	150.016	73.382	-	-	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - atual denominação da "Área Marketing Brasil Ltda", tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.

- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.

## Notas Explicativas

- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Ticketmaster Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,09%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Peru Entretenimientos S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Bizarro Producciones SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos (d)	64.905	10.880	90.806	16.965
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (e)	-	-	60.621	1.595
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	8.568	2.795	15.728	11.075
Operação compromissada - DI (b)	51.958	19.590	67.971	35.196
Time Deposit (c)	3.934	8.474	3.934	8.474
Total	129.365	41.739	239.060	73.305

a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básica do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 80% a 103% da variação do CDI (88% a 100% em 31 de dezembro de 2014), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 1,0% ao ano sem prejuízo de resgate.

d) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

e) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

## Notas Explicativas

### 7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$13.172 (R\$23.143 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015, estavam aplicados R\$4.258 em Fundos de Investimentos com liquidez imediata, que aplica recursos em cotas de fundo de investimentos que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós-fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

### 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Clientes faturados (i)	12.420	9.557	27.122	28.093
Bilheteria (ii)	86.975	12.191	122.339	20.248
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	11.707	9.590	18.772	12.967
Total das contas a receber	111.102	31.338	168.233	61.308
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(581)	(186)	(5.844)	(6.658)
Total	110.521	31.152	162.389	54.650

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer:	107.564	29.899	143.925	38.926
Vencidas:				
Até 30 dias	2.929	477	12.488	7.688
De 31 a 60 dias	28	-	5.598	3.721
De 61 a 90 dias	-	776	940	4.724
De 91 a 180 dias	400	-	592	371
Há mais de 180 dias	181	186	4.690	5.878
Total das contas a receber	111.102	31.338	168.233	61.308

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	186	6.658
(+) Adições	1.037	1.960
(-) Reversões e baixas	(642)	(2.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	581	5.844

## Notas Explicativas

### 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	160	130
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.738	5.980	18.872	18.008
Programa de Integração Social - PIS	-	-	25	76
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	114	354
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	5.364	8.136
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	2.231	4.015
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	5.947	-
Outros	358	294	2.677	2.739
Total	3.130	6.308	35.390	33.458

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

### 10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	3.586	1.513	24.895	4.872
Outros	278	240	1.930	2.695
Total	3.864	1.753	26.825	7.567

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento ao resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

### 11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Eventos, shows e espetáculos contratados	25.198	9.331	68.854	12.790
Outros	1.050	659	4.422	1.130
Total	26.248	9.990	73.276	13.920
Circulante	26.248	9.881	73.226	13.811
Não circulante	-	109	50	109

As parcelas para a apropriação ao resultado para os eventos, shows e espetáculos contratados, têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
1º trimestre de 2016	22.132	65.738
2º trimestre de 2016	2.308	2.308
3º trimestre de 2016	-	-
4º trimestre de 2016	758	758
A partir de 2017	-	50
Total	25.198	68.854

### 12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

#### 12.1. Transações com empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

**Notas Explicativas**

Controladora:

Categoria	2015			2014		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	950	-	-	950	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	-	1.879	(4.320)	-	1.540
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	-	-	-	316	(63)
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	Acionista	-	3.803	(2)	6.088	-
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	89	-	8	81	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	9.026	-	-	1.603	(659)
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	672	-	89	583	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	2.540	-	-	1.042
T4F Chile S.A. (ii)	Controlada indireta	-	21.583	(7.276)	-	14.307
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada	-	2.189	-	1.084	(27)
T4F Inversiones S.A.	Controlada	-	-	369	8.868	-
T4F USA Inc. (iii)	Controlada	21.964	-	3.044	3.627	(1.228)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	227	-	789	137	(626)
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	Controlada	19.514	-	7.197	12.860	-
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	Outras partes relacionadas	2.112	-	260	1.028	-
Total		54.554	31.994	158	37.225	16.889

Consolidado:

		2015		2014	
	Categoria	Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	Acionista	2.510	(2)	11.068	-
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	206	8	178	332
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	672	89	582	6
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	Outras partes relacionadas	2.112	260	1.028	-
Total		5.500	355	12.856	338

(i) Em janeiro de 2015, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com seus ex-acionistas controladores CIE International, no montante de US\$12.000 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pelo CDI e por juros de 2%.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em outubro de 2015, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$8.481 mil. O montante é atualizado pro rata, aos dias corridos a taxa anual de LIBOR + 2%, com vencimento no primeiro semestre de 2016.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$4.800 mil. O montante é atualizado anualmente pela taxa de juros de 7,6%, o qual será pago à controladora em até cinco anos.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

**12.2 Remuneração dos administradores**

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Remuneração Fixa</b>				
Conselho de Administração	372	372	372	372
Diretores estatutários	4.543	4.201	5.251	4.854
Total	4.915	4.573	5.623	5.226

Em dezembro de 2015 a remuneração variável dos administradores foi de R\$267, em dezembro de 2014 o total da remuneração variável dos administradores foi de R\$429.

## Notas Explicativas

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi fixado em R\$8.984 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

### 13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

#### a) Informações das controladas

##### a.1) 31 de dezembro de 2015

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido (negativo)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	254	81	99,99	81	-	254
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	17.193	(502)	100,00	(349)	-	17.193
Metropolitan Empreendimentos S.A.	146	(5.448)	99,99	(5.448)	-	146
T4F Entretenimientos Argentina S.A	27	2.669	98,29	(622)	-	27
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.735	9.694	99,99	9.693	-	11.734
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.853	23.322	100,00	16.766	-	42.853
T4F USA Inc.	3.080	368	100,00	368	-	3.080
Ticket Co. SpA.	6.596	1.350	100,00	1.350	-	6.596
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(24.639)	(5.532)	100,00	(5.532)	(24.639)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	1.160	397	60,00	238	-	696
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.055	(733)	85,00	(623)	-	12.797
Total				15.922	(24.639)	95.376

##### a.2) 31 de dezembro de 2014

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido (negativo)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	173	72	99,99	72	-	173
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	16.053	(1.308)	69,48	(909)	-	11.154
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.595	(1.796)	99,99	(1.796)	-	5.594
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(13.267)	(6.177)	38,87	(2.400)	(5.159)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	7.570	4.141	99,99	4.141	-	7.569
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	14.929	(11.690)	100,00	(11.690)	-	14.929
T4F USA Inc.	1.787	(37)	100,00	(37)	-	1.787
Ticket Co. SpA.	4.054	(1.422)	100,00	(1.422)	-	4.054
Vicar Promoções Desportivas S.A.	16.957	1.637	85,00	1.390	-	14.414
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(13.814)	(13.622)	100,00	(13.622)	(13.814)	-
Total				(26.273)	(18.973)	59.674

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Controladora 2015	Controladora 2014
Saldo inicial do investimento líquido da provisão para perdas	40.701	77.554
Equivalência patrimonial	15.922	(26.273)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	(1.776)	(2.495)
Dividendos de controladas	(6.520)	(8.085)
Aumento de capital em controlada	1.141	-
Aquisição de participação de minoritários	5.246	-
Capitalização de mútuo em controlada	15.569	-
Aquisição de investimentos	454	-
Saldo do investimento líquido	70.737	40.701
Provisão para perdas em investimentos em controladas	24.639	18.973
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	95.376	59.674

## Notas Explicativas

### b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	4.572	4.807
Total	110.487	110.487	115.059	115.294

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos", no ativo não circulante.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Na preparação do fluxo de caixa foi utilizada uma taxa de desconto de 13% e de crescimento de 5%. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.



**Notas Explicativas****14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS****a) Composição do imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	322	338
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	75.618	75.106	99.812	98.942
Móveis e utensílios	4.617	4.603	9.549	9.473
Máquinas e equipamentos	13.651	13.539	36.113	34.018
Equipamentos de processamento de dados	7.389	7.591	12.797	12.250
Estruturas	8.733	6.703	20.175	18.032
Veículos	419	661	6.032	6.274
Imobilizado em andamento	-	112	189	112
<b>Total</b>	<b>110.427</b>	<b>108.315</b>	<b>184.989</b>	<b>179.439</b>

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(73.206)	(72.494)	(92.192)	(90.728)
Móveis e utensílios	6	(3.010)	(2.715)	(6.909)	(6.308)
Máquinas e equipamentos	12	(8.027)	(6.762)	(20.891)	(17.598)
Equipamentos de processamento de dados	18	(5.991)	(5.518)	(10.607)	(9.454)
Estruturas	13	(7.020)	(6.559)	(12.053)	(10.367)
Veículos	20	(280)	(545)	(4.547)	(3.730)
<b>Total</b>		<b>(97.534)</b>	<b>(94.593)</b>	<b>(147.199)</b>	<b>(138.185)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	322	338
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.412	2.612	7.620	8.214
Móveis e utensílios	1.607	1.888	2.639	3.165
Máquinas e equipamentos	5.624	6.777	15.222	16.415
Equipamentos de processamento de dados	1.398	2.073	2.189	2.796
Estruturas	1.713	144	8.124	7.670
Veículos	139	116	1.485	2.544
Imobilizado em andamento	-	112	189	112
<b>Total</b>	<b>12.893</b>	<b>13.722</b>	<b>37.790</b>	<b>41.254</b>

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

**b) Composição de outros intangíveis**

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Custo	-	11.799	6.969	18.136	12.687
Amortização	20	(6.121)	(5.248)	(11.000)	(10.017)
<b>Total</b>		<b>5.678</b>	<b>1.721</b>	<b>7.136</b>	<b>2.670</b>

**Notas Explicativas**

## c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	2015		2014	
	Reavaliação	Depreciação acumulada reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	615	(363)	252	301
Máquinas e equipamentos	2.131	(827)	1.304	1.385
Equipamentos de processamento de dados	209	(136)	73	77
	<u>28.289</u>	<u>(26.660)</u>	<u>1.629</u>	<u>1.763</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(554)	(599)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.075</u>	<u>1.164</u>

Consolidado:

	2015		2014	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.192	(824)	368	444
Máquinas e equipamentos	3.922	(2.018)	1.904	2.034
Equipamentos de processamento de dados	276	(200)	76	82
	<u>30.724</u>	<u>(28.376)</u>	<u>2.348</u>	<u>2.560</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(798)	(870)
Eliminações do consolidado (i)			(475)	(526)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.075</u>	<u>1.164</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

## d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	13.722	18.622	41.254	50.593
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	426	1.921	1.038	2.105
Móveis e utensílios	99	89	186	222
Máquinas e equipamentos	433	811	2.435	1.457
Equipamentos de processamento de dados	63	291	482	814
Estruturas	2.031	290	2.054	945
Veículos	85	-	85	667
Adiantamento de imobilizado	105	68	294	68
Total de adições	<u>3.242</u>	<u>3.470</u>	<u>6.574</u>	<u>6.278</u>
Baixas líquidas	(222)	(1.341)	(247)	(1.828)
Depreciação	(3.849)	(7.029)	(10.029)	(13.819)
Efeitos de variação cambial	-	-	238	30
	<u>(4.071)</u>	<u>(8.370)</u>	<u>(10.038)</u>	<u>(15.617)</u>
Saldo final	<u>12.893</u>	<u>13.722</u>	<u>37.790</u>	<u>41.254</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$533, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2015, há aproximadamente R\$5.947, ainda em uso, totalmente depreciados.

## Notas Explicativas

### e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	1.721	2.763	2.670	3.891
Adições:				
Software	30	294	736	443
Direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais <sup>(1)</sup>	4.800	-	4.800	-
Amortização (*)	(873)	(1.322)	(1.244)	(1.574)
Baixas líquidas	-	(14)	174	(90)
Saldo final	5.678	1.721	7.136	2.670

(1) Refere-se a Contrato de Coprodução de Espetáculos e Outras Avenças no qual a Companhia e a outra parte se unem para contratar, organizar, coproduzir, promover e realizar os espetáculos e eventos descritos no referido contrato. A outra parte tem para com a Companhia obrigações de exclusividade e não concorrência, não se aplicando quaisquer obrigações ou restrições para a Companhia. O prazo de duração do contrato é de cinco anos e esse montante será amortizado linearmente no decorrer da vigência desses direitos contratuais.

(\*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

### 15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores nacionais	36.712	17.540	69.418	50.664
Fornecedores estrangeiros	538	187	23.984	446
Total	37.250	17.727	93.402	51.110

### 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Debêntures (a)	CDI + 2,40%	52.084	19.399	52.084	19.399
Empréstimo (b.1)	Pesos argentinos + 25,00%	-	-	8.260	23.989
Empréstimo (b.2)	3,5%	242	329	243	329
Total		52.326	19.728	60.587	43.717
Parcela do passivo circulante		#REF!	19.485	#REF!	43.474
Parcela do passivo não circulante		#REF!	243	#REF!	243

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora e Consolidado
2017	16.753
2018	16.738
2019	8.333
Total	41.824

#### a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010. Essa operação foi liquidada no primeiro trimestre de 2015.

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015 o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, com vencimento em 25 de março de 2019, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

## Notas Explicativas

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.
- b) Empréstimos e financiamentos

b.1) As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de dezembro de 2015, a controlada adquirente, T4F Entrenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

b.2) A modalidade de crédito BNDES - Finame crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo Chevrolet Hall.

### 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
COFINS a recolher	649	618	1.218	995
PIS a recolher	139	134	262	216
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.545	1.582	2.162	2.091
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	6.398	2.962
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	193	213	370	433
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	114	34
IVA - imposto de valor agregado	-	-	1.469	715
INSS de terceiros a recolher	225	199	303	291
IRRF de terceiros a recolher	-	38	-	53
Outros	205	249	412	458
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	2.698	393
Passivo circulante	<u>2.956</u>	<u>3.033</u>	<u>15.406</u>	<u>8.641</u>
Parcelamento de ISS (b)	-	-	-	57
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.795	4.629	4.795	4.751
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	3.270	1.106
Passivo não circulante	<u>4.795</u>	<u>4.629</u>	<u>8.065</u>	<u>5.914</u>

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente era de R\$3.651 (R\$3.423 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2015 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.337 (R\$1.419 em 31 de dezembro de 2014).

## Notas Explicativas

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2015 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 113 meses) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 44 meses); (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e saldo remanescente a ser liquidado em 59 meses).

### 18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contratos de “naming rights” (a)	-	241	-	781
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	9.784	7.339	22.311	7.817
Eventos privados (b.2)	2.179	973	2.906	1.511
Vendas antecipadas de ingressos (c)	192.732	43.341	311.877	52.194
Intermediação de shows	1	6	1.148	785
Total	204.696	51.900	338.242	63.088

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados.

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

### 19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

**Notas Explicativas**

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor	2015	2014
		aprovado		
O Rei Leão - Temporada 2014	12 6769	13.761	-	425
Fuerza Bruta	13 8378	4.393	-	3.810
Disney On Ice - Tesouros Disney	13 10163	6.465	-	36
Mudança de Hábito	14 6004	14.323	315	10.626
Antes tarde do que Nunca	14 8197	5.930	-	4.452
Wicked	15 9521	15.055	8.900	-
Total		59.927	9.215	19.349

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	2014	Adições	Baixas	2015
O Rei Leão - Temporada 2014	425	13	(438)	-
Fuerza Bruta	3.810	4.010	(7.820)	-
Disney On Ice - Tesouros Disney	36	5.955	(5.991)	-
Mudança de Hábito	10.626	14.297	(24.608)	315
Antes tarde do que Nunca	4.452	5.617	(10.069)	-
Wicked	-	8.900	-	8.900
Total	19.349	38.792	(48.926)	9.215

Controladora e Consolidado	2013	Adições	Baixas	2014
O Rei Leão - Temporada 2013	1.278	343	(1.621)	-
Billy Elliot	56	-	(56)	-
O Rei Leão - Temporada 2014	10.506	3.956	(14.037)	425
Jesus Cristo Superstar	1.447	955	(2.402)	-
Disney On Ice - Passaporte para a Aventura	-	4.500	(4.500)	-
Fuerza Bruta	-	3.810	-	3.810
Mudança de Hábito	-	11.100	(474)	10.626
Antes tarde do que Nunca	-	4.452	-	4.452
Disney On Ice - Tesouros Disney	-	36	-	36
Total	13.287	29.152	(23.090)	19.349

**20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas	4.620	4.698	5.636	5.952
Cíveis	14.736	13.623	15.076	14.553
Tributários	164	152	397	2.756
Total	19.520	18.473	21.109	23.261
Circulante	#REF!	877	#REF!	877
Não circulante	#REF!	17.596	#REF!	22.384

**20.1) Provisões tributárias**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$103.344 (R\$73.889 em 31 de dezembro de 2014).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

## Notas Explicativas

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2015, o montante global desses processos, excluído o tem "b" abaixo classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$31.569.

b) Em abril de 2011, em 2014 e em 2015 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de aproximadamente R\$9.591, em 31 de dezembro de 2015. Foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento e de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado do processo é R\$10.918 (R\$10.129 em 31 de dezembro de 2014).

d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2015, o valor envolvido era de R\$4.649.

e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado dos dois processos é de R\$10.438.

f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$16.773, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$8.386, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$8.386, para a data base de 31 de dezembro de 2015.

g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração lavrado, qual foi julgado parcialmente procedente, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 40% do lançamento, e o restante perda remota. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado do débito classificado com perda possível é de R\$6.701.

### 20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$30.685 (R\$21.107 em 31 de dezembro de 2014).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. O processo foi julgado procedente em primeira instância e a Companhia apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. O valor estimado é de aproximadamente R\$5.147 para dezembro de 2015, cuja probabilidade de perda é possível.

## Notas Explicativas

b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.645 para dezembro de 2015, cuja probabilidade de perda é possível.

### 20.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$22.338 (R\$69.406 em 31 de dezembro de 2014).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvinada em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente R\$1.819 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas ("ACP") a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$842, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$882, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (iii) ACP proposta pela ADECON – Associação dos Consumidores do Rio Grande do Sul, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$2.000 em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada procedente e de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso da Companhia.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de "Quidam", nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$776, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$266, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

d) A Companhia é parte passiva, juntamente com "Os Independentes", em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes, no evento denominado "53ª Festa do Peão de Barretos", cujo valor da causa é de R\$500. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável, mas o valor de condenação deverá ser apurado em liquidação de sentença.



## Notas Explicativas

e) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda "Iron Maiden", ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2015 o valor em discussão é de R\$1.207. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2015, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$23.560 (R\$9.215 em 31 de dezembro de 2014).

### 20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	2014	(Reversão) Provisão	Atualização monetária	2015
Trabalhistas	4.698	(61)	(17)	4.620
Cíveis	13.623	421	692	14.736
Tributário	152	-	12	164
Total	18.473	360	687	19.520

Consolidado	2014	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2015
Trabalhistas	5.952	(33)	(292)	54	(45)	5.636
Cíveis	14.553	(254)	(102)	928	(49)	15.076
Tributário	2.756	(2.383)	-	141	(117)	397
Total	23.261	(2.670)	(394)	1.123	(211)	21.109

Controladora	2013	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2014
Trabalhistas	3.936	672	(67)	157	4.698
Cíveis	12.562	685	(340)	716	13.623
Tributário	-	147	-	5	152
Total	16.498	1.504	(407)	878	18.473

Consolidado	2013	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos da variação cambial	2014
Trabalhistas	5.481	829	(570)	319	(107)	5.952
Cíveis	13.675	524	(340)	826	(132)	14.553
Tributário	1.864	716	-	370	(194)	2.756
Total	21.020	2.069	(910)	1.515	(433)	23.261

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (69.791.465 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014).

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2015
Lucro líquido do exercício	20.947
(-) Absorção de prejuízos de exercícios anteriores	(12.614)
(-) Reserva legal	(417)
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	7.916
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.979

## Notas Explicativas

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de novembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de até 4.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa"). Em 4 de novembro de 2014, o Conselho de Administração prorrogou por mais 365 dias o Programa, mantendo-se as demais condições inalteradas.

Em 25 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou (i) o encerramento do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, por meio do qual foram adquiridas 2.290.800 ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) o cancelamento dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria no valor de R\$10.043, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80.

### 22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta:				
Serviços	383.670	312.263	589.422	584.306
Produtos	1.669	1.760	30.630	29.543
Impostos incidentes	(48.494)	(39.659)	(69.073)	(60.910)
Receita líquida	336.845	274.364	550.979	552.939

### 23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(22.928)	(25.516)	(39.337)	(39.646)
Serviços de terceiros	(21.278)	(18.098)	(28.356)	(25.183)
Utilidades e facilidades	(1.163)	(2.198)	(4.604)	(4.953)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(395)	6	(280)	(2.656)
Outras despesas operacionais	(2.099)	(3.483)	(6.705)	(9.120)
Despesas operacionais	(47.863)	(49.289)	(79.282)	(81.558)
Vendas	(1.199)	(2.324)	(3.227)	(3.753)
Gerais e administrativas	(41.482)	(41.963)	(70.165)	(72.150)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(5.182)	(5.002)	(5.890)	(5.655)
Total das despesas por natureza	(47.863)	(49.289)	(79.282)	(81.558)

**Notas Explicativas**

## b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(134.047)	(112.722)	(170.229)	(183.315)
Transportes e locações	(42.034)	(38.817)	(59.081)	(53.714)
Serviços de terceiros	(36.423)	(26.549)	(63.751)	(51.368)
Viagens e locomoção	(6.152)	(11.496)	(11.403)	(17.823)
Utilidades e facilidades	(17.416)	(18.890)	(26.524)	(30.503)
Mídia e publicidade	(14.709)	(16.551)	(21.684)	(22.617)
Depreciação e amortização	(4.722)	(8.351)	(11.273)	(15.393)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(4.324)	(5.450)	(11.803)	(13.755)
Custos de produção	(21.309)	(13.841)	(66.260)	(123.840)
Total	(281.136)	(252.667)	(442.008)	(512.328)

## 24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e bonificações	(13.576)	(16.324)	(29.615)	(30.830)
Despesa de férias	(1.226)	(1.482)	(1.750)	(2.175)
Despesa de 13º salário	(1.006)	(1.215)	(1.855)	(1.974)
Encargos sociais	(4.820)	(6.165)	(9.314)	(10.760)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(3.446)	(2.248)	(3.518)	(2.307)
Pagamentos baseados em ações	(341)	(563)	(341)	(563)
Outros benefícios a empregados (i)	(2.837)	(2.969)	(4.747)	(4.792)
Total de despesas com benefícios a empregados	(27.252)	(30.966)	(51.140)	(53.401)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(4.324)	(5.450)	(11.803)	(13.755)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(22.928)	(25.516)	(39.337)	(39.646)
Total	(27.252)	(30.966)	(51.140)	(53.401)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(511)	(2.249)	(8.575)	(6.523)
Imposto sobre transações financeiras	(682)	(202)	(4.299)	(2.590)
Juros com debêntures	(6.620)	(4.641)	(6.620)	(4.641)
Outras	(3.870)	(1.254)	(5.005)	(1.452)
Total	(11.683)	(8.346)	(24.499)	(15.206)
Receitas financeiras:				
Juros ativos	1.219	39	785	912
Rendimentos de aplicações financeiras	3.868	3.074	10.135	4.435
Outras	1.437	420	2.082	675
Total	6.524	3.533	13.002	6.022

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(16.949)	(4.550)	(20.683)	(13.311)
Ativas	18.464	4.774	25.635	8.645
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(742)	(969)	(810)	(990)
Ativas	1.553	867	2.348	1.400
Total	2.326	122	6.490	(4.256)

**26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.295)	(2.885)	(2.178)	(4.470)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(1)	(575)	(56)	(641)
Perda por redução ao valor recuperável do ágio	-	(20.002)	-	(20.002)
Outras	175	5.195	2.948	4.586
Total	(1.121)	(18.267)	714	(20.527)

**27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(2.942)	(2.148)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(334)	(582)
IRPJ e CSLL diferidos	1.133	6.656	(1.232)	7.323
Total	1.133	6.656	(4.508)	4.593

**b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	#REF!	(76.823)	#REF!	(74.914)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	#REF!	26.120	#REF!	25.471
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(41)	(257)	(69)	(541)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(2.032)	(401)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	2.652	676
Controlada tributada no exterior	-	-	3.308	(10.392)
Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados	5.414	(15.734)	(2.229)	(6.801)
Plano de remuneração baseado em ações	(116)	(192)	(116)	(192)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	2.626	(3.314)	2.626	(3.314)
Incentivos Fiscais	-	-	-	55
Outros itens	(13)	33	(13)	32
(Despesa) crédito de IRPJ e CSLL	#REF!	6.656	#REF!	4.593

**c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos**

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

**Notas Explicativas**

	31/12/13	Variação	31/12/14	Variação	31/12/15
<b>Controladora</b>					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	-	26.643	(5.577)	21.066
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65	(2)	63	134	197
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.609	672	6.281	356	6.637
Prejuízos fiscais	27.902	4.161	32.063	1.828	33.891
Base negativa de CSLL	10.884	1.537	12.421	798	13.219
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(693)	94	(599)	44	(555)
Outras provisões	278	194	472	3.550	4.022
Total do ativo líquido	70.688	6.656	77.344	1.133	78.477

	Reconhecidos em outros resultados abrangentes		Reconhecidos em outros resultados abrangentes			
<b>Consolidado</b>	<b>31/12/13</b>	<b>Variação</b>	<b>31/12/14</b>	<b>Variação</b>	<b>31/12/15</b>	
Impostos diferidos ativos sobre:						
Não circulante:						
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	-	26.643	(5.577)	-	21.066
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.353	1.090	2.257	(2.078)	556	735
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.188	177	6.281	356	-	6.637
Prejuízos fiscais	35.640	3.194	37.715	1.517	1.434	40.666
Base negativa de CSLL	10.884	1.537	12.421	798	-	13.219
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(692)	93	(599)	44	-	(555)
Outras provisões	1.425	688	2.008	3.409	402	5.819
Total do ativo	81.441	6.779	86.726	(1.531)	2.392	87.587
Impostos diferidos passivos sobre:						
Não circulante:						
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.547)	544	(1.003)	298	-	(705)
Total do passivo	(1.547)	544	(1.003)	298	-	(705)
Total líquido	79.894	7.323	85.723	(1.233)	2.392	86.882

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	21.803	15.877
Diferenças temporárias dedutíveis	8	33
	21.811	15.910
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	7.416	5.409

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

## Notas Explicativas

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	8.883	17.993
2017	20.752	20.752
2018	9.207	9.207
2019	10.255	10.255
2020	10.912	10.912
2021	18.468	18.468
Total	78.477	87.587

### 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

#### 28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2015	2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(52.328)	(19.728)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	17.758	10.823
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	65.013	30.859
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	54.554	37.225
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	(31.994)	(16.889)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	110.521	31.152
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(37.250)	(17.727)
Total de exposição			126.274	55.715
Efeito no resultado			1.321	(4.598)
Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2015	2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(60.588)	(43.717)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	17.758	10.823
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	148.807	56.340
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	5.500	12.856
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	162.389	54.650
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(93.402)	(51.110)
Total de exposição			180.464	39.842
Efeito no resultado			(12.485)	(5.434)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 16).

## Notas Explicativas

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1).

### 28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

#### a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

#### b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dolar	17.758	10.823	17.758	10.823
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dolar	3.934	8.474	3.934	8.474
		Pesos argentinos	-	10.268	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Dolar	21.965	3.627	-	-
Mútuo com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	Dolar	(23.772)	(14.307)	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dolar	(538)	(187)	(23.959)	(446)
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dolar	19.347	18.698	(2.267)	18.851
Total de exposição						
			6.278	2.422	3.898	3.634
Efeitos no resultado						

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

## Notas Explicativas

### c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

#### Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2015 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	2015	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(52.084)	(59.767)	(61.689)	(63.611)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(244)	(252)	(254)	(256)
Aplicações financeiras	Redução	65.013	72.726	74.656	76.585
Exposição líquida		12.685	12.707	12.713	12.718

  

		Consolidada			
		Cenário			
	Risco	2015	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(52.084)	(59.767)	(61.689)	(63.611)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(8.504)	(10.887)	(11.483)	(12.079)
Aplicações financeiras	Redução	148.804	159.923	162.705	165.486
Exposição líquida		88.216	89.269	89.533	89.796

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$22 e R\$1.053 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,40% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$28 e R\$1.317 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$33 e R\$1.580 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

#### Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2015 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	2015	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	17.758	15.371	19.214	23.057
Fornecedores	Aumento	(538)	(466)	(582)	(699)
Exposição líquida		17.220	14.905	18.632	22.358

  

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	2015	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	17.758	15.371	19.214	23.057
Aplicações financeiras	Redução	3.934	3.405	4.257	5.108
Fornecedores	Aumento	(23.956)	(20.739)	(25.924)	(31.108)
Exposição líquida		(2.264)	(1.963)	(2.453)	(2.943)



## Notas Explicativas

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$2.315 na controladora e um resultado positivo de R\$301 no consolidado, nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.412 na controladora e um resultado negativo de R\$189 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$5.138 na controladora e um resultado negativo de R\$679 no consolidado.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

### Risco de crédito

Advm da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

### Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

## 29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2015	2014
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	67.048	43.516
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	110.856	108.708
		177.904	152.224

## 30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

### a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

## Notas Explicativas

### b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigação de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	16.742	20.526
Do 2º ao 5º ano	46.439	58.170
Após o 5º ano	31.949	31.949
Total	95.130	110.645

### c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento referente ao limite de crédito concedido pelo HSBC Argentina a controlada Ticketek Argentina S.A. que totalizam US\$10.000mil e R\$39.048.

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$10.559.

### d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque de Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A T4F, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira instância administrativa, sendo que os casos aguardam o julgamento de recurso que, na opinião dos assessores da Companhia, a probabilidade de perda é possível nessa esfera. O montante envolvido nos 11 processos administrativos é de R\$27.080 para dezembro de 2015.

## 31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

## Notas Explicativas

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado até 2014	Valores registrados no resultado em 2015	Valores a registrar em períodos futuros
2007	1.256.666	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	195	-	-
2012	438.300	659	120	26
2013	406.000	311	68	39
2014	1.322.000	148	44	49
2015	950.000	-	109	377
Total	4.997.915	5.596	341	491

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado									
Datas de outorga	28/09/2007	01/10/2007	23/02/2010	04/07/2012	24/10/2012	01/07/2013	01/07/2014	10/11/2014	01/04/2015
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13	1	10
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/02/2017	01/10/2014	23/02/2017	15/04/2017	15/04/2017	01/07/2017	01/07/2018	30/12/2018	01/01/2019
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%	37,39%	36,85%	38,80%	41,72%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	13,01%
Preço para exercício por opção R\$	10,98	10,98	10,98	11,93	11,93	6,02	5,03	4,77	2,36
Indexador	Não indexado	Não indexado	Não indexado	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	16,93	16,41	16,41	8,23	6,11	5,53	2,78
Valor justo por opção - R\$:									
Série 1	5,02	5,02	-	5,04	1,54	1,51	0,79	0,12	0,27
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68	0,97	0,18	0,40
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07	-	0,50
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12	-	0,56

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899 tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

Movimentação das opções de compra de ações do exercício:

	2015		2014	
	Opções	Preço médio outorgado - R\$	Opções	Preço médio outorgado - R\$
Posição do início do ano	1.589.676	6,67	1.262.276	10,22
Outorgadas	950.000	2,36	1.322.000	5,03
Canceladas	(50.150)	6,02	(994.600)	4,77
Exercíveis no fim do exercício	2.489.526	5,02	1.589.676	6,67

### 32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

#### a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

## Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Consolidado			
	2015			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	293.005	166.277	91.697	550.979
Custos	(370.656)	(71.352)	-	(442.008)
(Prejuízo) lucro bruto	(77.651)	94.925	91.697	108.971
Receitas e despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(12.272)	(23.572)	-	(35.844)
	(89.923)	71.353	91.697	73.127
Despesas administrativas				(42.724)
Resultado financeiro				(5.007)
Lucro antes dos impostos				25.396

Consolidado				
2014				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	353.508	108.760	90.671	552.939
Custos	(452.083)	(60.245)	-	(512.328)
(Prejuízo) lucro bruto	(98.575)	48.515	90.671	40.611
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(22.037)	(21.039)	-	(43.076)
	(120.612)	27.476	90.671	(2.465)
Despesas administrativas				(59.009)
Resultado financeiro				(13.440)
Prejuízo antes dos impostos				(74.914)

### b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado		
	2015	2014
Receita líquida		
Argentina	117.977	104.267
Brasil	393.913	348.771
Chile	37.797	69.743
Peru	1.292	30.158
	550.979	552.939
Consolidado		
	2015	2014
Lucro bruto		
Argentina	35.830	17.777
Brasil	65.661	34.204
Chile	8.093	886
Peru	(613)	(12.256)
	108.971	40.611
Consolidado		
	2015	2014
Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos		
Argentina	14.919	(8.179)
Brasil	(2.684)	(46.496)
Chile	18.325	(6.617)
Peru	(5.532)	(13.622)
USA	368	-
	25.396	(74.914)

## Notas Explicativas

### 33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- a) Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$176 na controladora e R\$184 no consolidado (R\$30 na controladora e R\$57 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).
- b) Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$9.971 (R\$7.515 em 31 de dezembro de 2014).
- c) Aquisição de participação de minoritários a pagar de R\$3.500 em 31 de dezembro de 2015.
- d) Capitalização de mútuo em controlada de R\$15.569.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia adota como prática contábil a classificação dos juros pagos como atividade de financiamento.

Na demonstração individual dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi reclassificada em relação à variação cambial sobre caixa e equivalentes no exterior.

### 34. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	20.947	(70.167)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	68.602.011	67.949.065
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	69.542.011	69.946.986
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	0,3053	(1,0326)
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	0,3012	(1,0326)

Em 31 de dezembro de 2014, o prejuízo básico e diluído eram iguais, tendo em vista que o total das ações ordinárias potenciais, mesmo que consideradas separadamente, apresentou efeito de antidiluição.

### 35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 07 de março de 2016.

\*\*\*